



CARLOS KAWALL: ENTREVISTA PARA TRANQUILIZAR INVESTIDORES

Fazenda nega “solavancos”

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, tentou ontem tranquilizar os investidores em relação ao pacote fiscal que está em estudo no Ministério da Fazenda. “Só gostaria de dizer que não há motivo para temor do mercado ou da sociedade”, disse Kawall. Segundo o secretário, o plano não resultará em “solavancos ou surpresas”.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou anteontem que o governo está estudando novas medidas fiscais. Ele não quis antecipar nenhum dos pontos do pacote, mas analistas consideraram temerários alguns itens em análise. O principal receio é de que o governo adote um

novo critério para a avaliação da política fiscal, trocando as metas de superávit primário (economia para pagar juros da dívida) pelo conceito de saldo em conta corrente, que exclui do cálculo todas as despesas com investimentos.

Os primeiros sinais de inquietude no mercado por causa das especulações sobre essa medida levaram Lula e auxiliares como a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a garantir a continuidade da meta de superávit de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). A avaliação de técnicos da Fazenda contrários à medida em estudo é que a troca pode até estimular a aplicação de recursos em infra-estrutura, mas poderia ser interpretada como um “afrouxamento” do equilíbrio das contas públicas.

O mercado recebeu bem outras iniciativas do programa em estudo, como a determinação de cortar gastos no valor de 0,2% do PIB por ano num período de 10 anos. O governo avalia também a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com uma progressiva redução da alíquota até 0,08% em 10 anos, e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que libera 20% dos recursos carimbados. Ambas vencem em dezembro de 2007 e a prorrogação é considerada importante para o ajuste fiscal.

Kawall afirmou que o momento agora é de olhar para a qualidade das despesas públicas e o tamanho da carga tributária. O secretário tem dito que a so-

riedade não aceitaria mais nenhum aumento de impostos. Por isso, o ajuste fiscal nos próximos anos deveria ser feito do lado dos gastos, que vêm crescendo num ritmo maior do que as receitas, de forma insustentável a médio prazo. Até setembro, as despesas subiram 16% e a arrecadação líquida, 12,8%.

O secretário projetou um cenário econômico positivo para o ano que vem, com controle da inflação e taxas de juros em queda. Essa conjuntura já tem ajudado o Tesouro a vender títulos públicos pagando juros menores do que o de anos anteriores.

LEIA MAIS SOBRE POLÍTICA
ECONÔMICA NA

PÁGINA 19